



GT 057. Processos e dinâmicas no ciberespaço: divergências, dissidências, usos e contra-usos em relação à experiência de si

Laura Graziela F. de F. Gomes (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Eliane Tânia Martins de Freitas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE) - Coordenador/a

Pretende-se reunir trabalhos que discutam dinâmicas que problematizem continuidades off/online, além das articulações entre público/privado/intimidade na rede, a fim de apreendemos modos de subjetivação que valorizem engajamentos mais exclusivos com o online. Mesmo reconhecendo os usos instrumentais off-line da rede, incluímos dinâmicas dissidentes/divergentes e práticas de usos/contra-usos que requerem mais reflexividade e experimentação com/na rede. Pensamos em questões de gênero/sexualidades dissidentes contemporâneas também como fenômenos práticos da cibercultura, resultantes de seus propiciamentos, não apenas na busca de se visibilizarem, mas também de modo a valorizarmos sistemas classificatórios nativos cujas categorias sugerem experimentações que não visam tanto o off-line. Outra questão relevante refere-se ao trabalho na rede e de que modo ele sinaliza desafios e propiciamentos quanto às alteridades e diversidades relativas aos entes humanos/não-humanos que podem conduzir a novos regimes de self. Também incluímos modos do fazer político, que se radicalizam pelos usos mais típicos e reflexivos de se lidar com a rede e a própria informação. Se empresas e corporações beneficiam-se dos rastros deixados por usuários, novas gerações deles vêm investindo em modos de socialização política propriamente digital, o que dá origem a fatos políticos novos, práticos daquele meio, bem como novas ferramentas e novas sociedades delas decorrentes.

Escrever cartas como ação política em tempos de internet: Brasil e Catalunha

Autoria: Elisenda Ardevol, Isabel Travancas

Esta comunicação apresenta um projeto de pesquisa em andamento sobre o gênero epistolar em tempos de internet tendo como objeto as campanhas para escrever cartas para presos políticos no Brasil - cartas para o Lula - e na Catalunha, Espanha, - cartas para Jordi Cuixart e Jordi Sánchez. Apesar das diferenças entre os dois países e os motivos pelos quais estão presos, em ambos os casos foram criadas campanhas estimulando a escritura de cartas para a prisão como uma ação política. Essas cartas - milhares tanto no Brasil como na Catalunha - são escritas por pessoas comuns que querem expressar sua solidariedade aos presos. Também tem circulado cartas públicas escritas por celebridades, políticos e intelectuais que são divulgadas pelos meios de comunicação e reproduzidas e retuiteadas milhares de vezes nas redes. Por um lado, a privação da liberdade destes presos supõe também uma diminuição da sua liberdade de expressão, já que suas formas de comunicação com o exterior estão submetidas a um controle restrito. Eles não tem acesso à internet e portanto a única via de comunicação direta é a correspondência. As visitas e as ligações telefônicas são limitadas. Isso reativou a escritura de cartas em uma época na qual se pensava que o gênero epistolar estava desaparecendo ou obsoleto, chamando a atenção para um grupo - os presos - que estão excluídos da comunicação digital. Por outro lado, a materialidade da carta tem um valor excepcional e sua força política é amplificada através dos meios digitais nos quais se compartilham as cartas enviadas, recebidas ou recusadas. As cartas íntimas e privadas para os presos circulam na internet assim como as cartas públicas e abertas como uma resposta popular e massiva à situação destes políticos e ativistas na prisão à espera de julgamento. Neste estudo queremos examinar como se produz esta combinação entre a digitalidade e a materialidade da correspondência e os seus efeitos na esfera da mobilização política. Para isso partimos de um work de campo preliminar baseado na reunião de mensagens nas redes sociais relacionadas com as cartas escritas, censuradas ou recebidas; assim como a participação em oficinas para escritura de cartas para



os presos em Barcelona e entrevistas com diversos atores sociais envolvidos com o tema, tanto no Brasil quanto na Catalunha. Esta primeira aproximação ao campo do acompanhamento online até a observação participante e as entrevistas nos permite um contato com este fenômeno de imbricação do gênero epistolar (FOUCAULT: 1992; GOMES: 2004; KLINGER:2012 e DIAZ: 2016) com as novas formas comunicativas digitais (HORST & MILLER, 2013) e formas de ação política na rede (POSTILL & PINK, 2012) a partir do conceito de materialidade digital (PINK, ARDÉVOL & LANZENI, 2016).



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

